

# Governo Sartori completa um ano com desrespeito e desvalorização dos servidores públicos estaduais



Reportagem especial páginas 4 e 5

Deputados não apoiam emenda do Sintergs e perdas salariais da categoria pode superar 35% **3**

Sintergs obtém vitória no TJs e abono do ponto dos grevistas é mantido **5**

Governador Sartori e Presidente da ALrs desferem mais um golpe contra servidor público com novo enquadramento das RPVs **6**

## Palavra do Presidente

Joanes Machado da Rosa

### O efeito chupim

O Rio Grande do Sul é reconhecido como um estado de referência, com indicadores sociais, econômicos e sanitários dignos de países do primeiro mundo. Essa façanha muito se deve aos servidores públicos do nosso estado, tanto pela sua qualificação técnica como pelo seu obstinado objetivo de prestar um serviço de qualidade à população.

Recentemente, obtivemos o status de estado livre de febre suína clássica, assim como outros reconhecimentos na área sanitária e de inspeção de produtos de origem animal e vegetal. Sem falar em tantas outras conquistas nas áreas da saúde pública. Isso não é pouco. É o resultado do emprego de políticas públicas de caráter duradouro e contínuo.

Claro que houve, nesse percurso, alguns erros, mas que não comprometeram o resultado de vermos o nosso estado sendo reconhecido como referência dos serviços públicos bem prestados à população. Os indicadores sociais, econômicos e sanitários avalizam isso. O trabalho dos pioneiros abriu caminho às novas gerações. A experiência dos mais velhos se aliou à impetuosidade dos mais jovens e a um melhor manejo da evolução científica ocorrida nos últimos anos.

Entretanto, na hora de reconhecer esses feitos, é comum se atribuir a este ou àquele gestor, muitas vezes, verdadeiras nulidades transitórias, o sucesso da empreitada. Invariavelmente, se apropriam do trabalho realizado pelos servidores para colher dividendos políticos e eleitorais. É o efeito chupim. Aquele que realizou por décadas um trabalho altamente qualificado e quase sacerdotal obtém apenas como recompensa: o seu minguado salário e a aposentadoria ao final da sua trajetória heroica.

A população, muitas vezes, não percebe no agente público e no serviço público todos os benefícios que este proporciona. Cobra a sua contraprestação pelos tributos recolhidos somente em momentos episódicos na medida da sua própria necessidade. Isto desfoca o sentido amplo da relação entre o cidadão e o Estado.

Na área da fiscalização, o contribuinte não tem a verdadeira dimensão dos benefícios da sua atuação. Não percebe, por exemplo, que quando sentamos à mesa estamos consumindo alimentos que, certamente, foram inspecionados pela nossa fiscalização de produtos de origem animal ou vegetal, e ainda pela vigilância sanitária, dependendo do seu nível de processamento ou comercialização.

A população, na medida em que for corretamente informada em relação a este trabalho, certamente reconhecerá e valorizará a sua importância. Ocorre que quem é fiscalizado nem sempre compreende esta atuação na sua total dimensão. Suporta-a por uma obrigação legal e, por isso, sempre que se vê por ela obrigado a tomar determinadas providências, revolta-se contra os seus agentes, chegando à agressão física aos fiscais. Em outros casos, recorrem ao expediente abominável das velhas práticas do tempo do “coronelismo crioulo”. Recorrem a seus vereadores, prefeitos, deputados e secretários para que através da pressão política haja um comando para que ocorra uma flexibilização na ação do agente público. Ou, se assim não for possível, a remoção do fiscal para outro município. Infelizmente, as interferências locais, apadrinhadas por maus políticos, tem sido um dos principais desafios para quem faz fiscalização.

Esse expediente escuso que beneficia os maus produtores ou proprietários de indústrias de processamento de produtos de origem animal ou vegetal, além de ser uma prática abominável, ilegal e imoral, tem consequências desastrosas para a saúde da população e para a preservação das instituições de um Estado republicano. Normalmente, nos revoltamos quando são noticiadas as grandes roubalheiras praticadas em todos os entes públicos. Entretanto, encaramos com passividade e naturalidade a prática da remoção de servidores, no cumprimento do seu dever, que, de alguma forma possam trazer algum incômodo aos cabos eleitorais do administrador ou aos seus parceiros.

Felizmente, há uma nova geração de servidores, conscientes de seus direitos e obrigações, que não se curvam frente a essas práticas autoritárias e ultrapassadas. Vislumbram nas suas associações e no seu sindicato instituições capazes de enfrentar de igual para igual os maus gestores e suas práticas abusivas. Estaremos sempre atentos aos constrangimentos, práticas ilegais e assédio moral contra os nossos colegas.



## Técnica-científica lança na Feira do Livro de Poa seu terceiro livro infantil

Associada do Sintergs, a Técnica-científica aposentada e autora de livro infantil, Jacqueline Annes, lançou mais uma obra na 61ª Feira do Livro de Porto Alegre. Trata-se do “Meio Ambiente quanta Água” (Martins Livreiro Editora).

Destinada especialmente ao público infantil, a obra aborda em versos algumas das mais importantes questões relacionadas à utilização da água e sua preservação, tais como: espelho d’água, nascente do rio, lixiviação, aquífero e dia internacional da água. O texto é apresentado sempre de forma lúdica e acessível aos pequenos.



Jacqueline Annes, que também assina a ilustração do livro, já escreveu livros para crianças sobre energia e a casa sustentável entre outros temas ligados ao meio ambiente. A autora tem sessão de autógrafos na Feira do Livro na quarta-feira (11/11), a partir das 17h.

**Autora:** Jacqueline Annes

**Editora:** Martins Livreiro-Editora

**Contato:** (51) 3395-2529 / 9971-3039

[www.jacquelineannes.com.br](http://www.jacquelineannes.com.br)

## Reposição Salarial

# Deputados se recusam a assinar emenda popular apresentada pelo Sintergs e Afagro e perda salarial da categoria pode superar 35%

Somente cinco deputados estaduais membros da Comissão de Finanças Planejamento e Controle da Assembleia Legislativa assinaram a emenda popular proposta pelo Sintergs junto com a Associação dos Fiscais Agropecuários do Rio Grande do Sul (Afagro). Assim, a emenda ao orçamento estadual de 2016 (Projeto de Lei 342/2015), que garantiria reposição de 16,68% dos salários dos servidores ativos, inativos e pensionistas Técnicos-científicos, Especialistas em Saúde e Extranumerários, sequer foi apreciada no âmbito da Comissão de Finanças.

O documento, entregue ao deputado Luis Augusto Lara (PTB), presidente da Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle, acrescentaria artigo a lei

orçamentária, prevendo reposição de 16,68% aos salários dos servidores representados pelo Sintergs.

O reajustamento dos salários dessas categorias, representadas pelo Sintergs, ocorreram até o final de 2014, em percentuais parcelados durante quatro anos. Desse modo, o Sintergs buscava reajuste de 9,85%, referente a 2015, e de 6,22%, em relação a 2016.

Sem perspectiva de reajuste, as perdas salariais dos Técnicos-científicos, Especialistas em Saúde e Extranumerários pode superar 35% até o fim de 2018 caso o Governo do Estado não conceda reposição salarial. A projeção do Sintergs toma como base as perdas já obtidas, os reajustes não dados e a inflação projetada, que pode ser ainda maior.

mete expor os parlamentares que traíram as categorias.

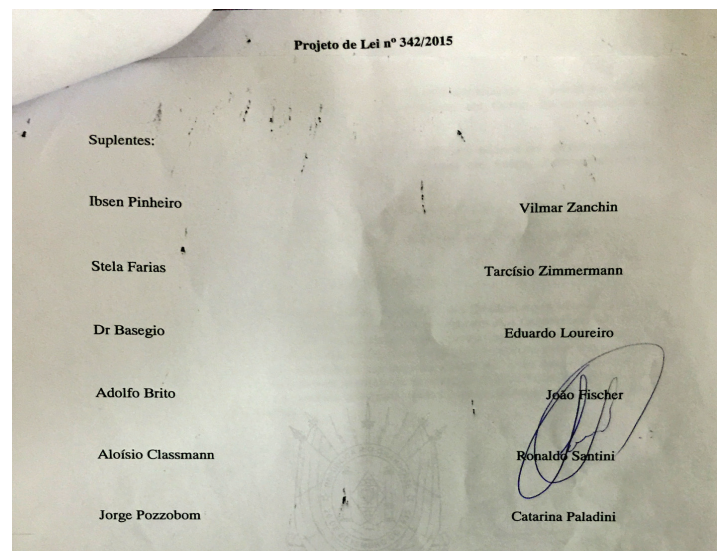
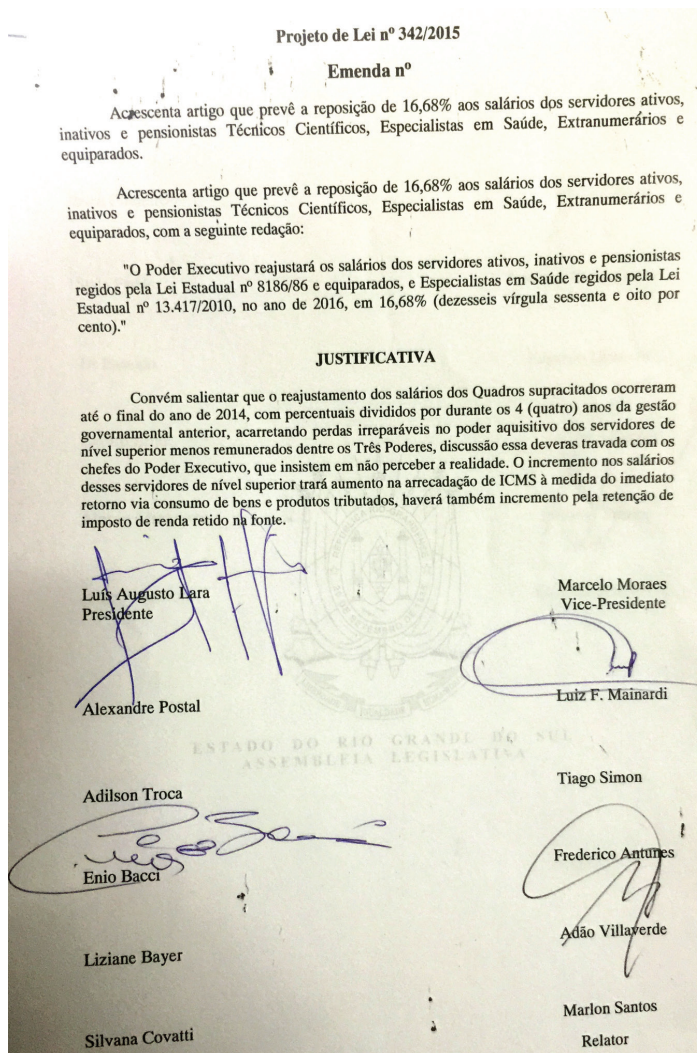
Anúncios em rádios e outdoors espalhados pelo RS mostram a foto do deputado que não deixou que a emenda popular do Sintergs e da Afagro progredisse. Os materiais também pedem que os cidadãos não votem nos deputados que querem o desmonte do serviço público e que querem o aparelhamento político do Estado.

### Veja os deputados que impediram a emenda

- Alexandre Postal (PMDB)
- Tarcísio Zimmermann (PT)
- Stela Farias (PT)
- Dr. Basegio (PDT)
- Eduardo Loureiro (PDT)
- Marlon Santos (PDT) - relator do orçamento
- Adilson Troca (PSDB)
- Jorge Pozzobom (PSDB)
- Silvana Covatti (PP)
- Frederico Antunes (PP)
- Josão Fischer (PP)
- Adolfo Brito (PP)
- Tiago Simon (PMDB)
- Ibsen Pinheiro (PMDB)
- Vilmar Zanchin (PMDB)
- Marcelo Moraes (PTB)
- Aloísio Classmann (PTB)
- Liziane Bayer (PSB)
- Catarina Paladini (PSB)

### Pressão

Frente ao descaso por parte dos deputados estaduais em relação aos servidores Técnicos-científicos, Especialistas em Saúde e Extranumerários, o Sintergs deu início, já no mês de dezembro de 2015, a uma campanha que pro-



Emenda apresenta pelo Sintergs foi assinada por apenas cinco deputados estaduais membros da Comissão de Finanças

## Opinião Nélcir André Varnier, 1º Vice-presidente Sintergs

### Respeito é bom

*Terrorismo gera insegurança na vida das pessoas. E o que o Governo do Estado está fazendo é muito parecido, gera medo e desesperança. O medo gera o pânico.*

*O governador e seus deputados aliados estão trabalhando para gerar insegurança jurídica ao deixarem de cumprir o principal contrato do estado, com os preceitos básicos da Constituição, que é com seus servidores. Se o principal e a Constituição são desimportantes para este governo, quem garante que cumprirão com qualquer outro contrato?*

*O maior bem de um órgão público, de uma empresa, entidade, de toda e qualquer organização criada para atender as necessidades das pessoas, é o próprio ser humano, principalmente, na condição de trabalhador. O ser humano gera riqueza, armazena o conhecimento, ensina, produz. No caso do Estado, esse trabalhador, esse ser humano, é o servidor público.*

*Hoje somos trabalhadores públicos sem reposição das perdas inflacionárias, sem direitos quando deixam de pagar aquilo que nos tiraram, sem perspectivas de crescimento profissional, sem pagamento dos salários em dia.*

*Mas parece que o atual governo desconhece este maior princípio da vida organizada, além da falta de respeito, de reconhecimento e da valorização dos colaboradores que estão na atividade. Nada diferente também é a relação que estes governantes estabelecem com aqueles que já doaram seu tempo e hoje estão tentando desfrutar de uma aposentadoria digna.*

*O sindicato tem por prerrogativa lutar para dignificação da condição do trabalhador e do aposentado. E é o que temos feito. Ultimamente, temos lutado contra ataques descabidos e perdas de direitos consagrados. É indignante e lamentável.*

*Como fornecer serviços de qualidade a população se aqueles que executam, fiscalizam e planejam as políticas públicas, conhecidos como servidores públicos, vivem numa insegurança aterrorizante nas suas vidas, promovida por este governador e por seus deputados? Como querem atender as promessas de campanha eleitoral, sendo que os serviços públicos passam por estes profissionais que são mal tratados, desmotivados, desmoralizados?*

*Temos uma só resposta. O atual governo e seus deputados aliados deram um calote eleitoral e estão governando para poucos. É um alerta para a população. Temos que levar ao conhecimento público a importância dos servidores e serviços oferecidos pelo Estado, que tem sido negligenciado pelo atual governo, pois qualquer trabalhador precisa de salários com valor real. Mas aqui, no nosso Estado do Rio Grande do Sul, parece que isso é desnecessário, que estamos retrocedendo ao tempo da escravidão, temos que trabalhar calados e ficar perdendo o poder de compra.*

*Estamos cortando itens de sobrevivência e daqueles que dependem de nós, nos remetendo para o tempo em que vivíamos para subsistência. Querem retirar condições de vida conquistadas à duras penas. Hoje, somos nós servidores, amanhã serão os da iniciativa privada. Parece que a lógica do lucro sobre a condição humana está vencendo, e está vindo a galopes rápidos.*

*O atual governo, os deputados aliados e os seus partidos políticos devem ser marcados e revelados aos eleitores municipais em 2016. Temos que dar uma resposta à altura das maldades promovidas por eles. Este será nosso papel. Seremos incansáveis nessa luta, que será por tempo indeterminado, salvo uma mudança de postura imediata deste grupo que governa o nosso Rio Grande.*

*Contamos com o engajamento de todos nossos colegas e associados do Sintergs para esta luta. Sejamos felizes em 2016.*



## Governador Sartori se re

Lamentações por parte do Governo e penalizações do servidor público estadual. Esse é o resumo do primeiro ano do Governo José Ivo Sartori. Para o presidente do Sintergs, Joanes Machado da Rosa, faltam propostas e políticas para resolver o problema do Estado. Além disso, destaca, ao mesmo tempo que o Palácio Piratini ataca e criminaliza o servidor público, passado um ano de governo, não se vê propostas, programas e políticas públicas em execução.

“O Governo não tem projetos, iniciativas, concretas para alavancar o Estado. O desconto dos dias parados durante a última greve é um exemplo bem claro de como esse governo trabalha. Não se vê uma solução. Nem ao menos uma tentativa. É só discurso e números sobre a crise. Não se vê na equipe do Governador ações de enfrentamento. Ou seja, o governo está paralisado”, destaca Joanes.

A segurança pública, conforme Joanes, é o maior exemplo de como o Governo do Estado está paralisado, sem ter iniciativas concretas para governar o Rio Grande do Sul. “Só falta dizer que a criminalidade aumentando no Estado é culpa do servidor público”, destaca Joanes.

Os números mais recentes da violência no Rio Grande do Sul revelam crescimento de homicídios e latrocínios e dos roubos de veículos. O aumento mais significativo envolve a ação dos ladrões de carros. Entre janeiro e setembro deste ano, os bandidos roubaram

### Governo Sartori tem avaliação negativa

Menos de um ano após ter vencido as eleições estaduais, o governo de José Ivo Sartori enfrenta forte crise de imagem nas grandes cidades gaúchas. Dos quatro maiores municípios do RS, somente em Caxias do Sul o governo Sartori consegue um índice de aprovação superior ao de não aprovação. O fato de a pesquisa medir a avaliação do governo estadual nos quatro maiores centros urbanos, com forte influência sobre a formação da opinião pública do RS, pode ser tomado como indicador claro da baixa popularidade do governo Sartori. A pesquisa, feita pelo Correio do Povo em parceria com o Instituto Methodus, foi a primeira avaliação do atual governo gaúcho publicada em um jornal de grande circulação no Estado.

Em Porto Alegre, Sartori registra os seus piores índices: 80,4% dos moradores da Capital não aprovam o governo do Estado, enquanto somente 19,6% o aprovam. Em Canoas e Pelotas temos praticamente o mesmo resultado, com desaprovação na casa de 73% e uma aprovação na casa de 26% em ambas as cidades. Somente em Caxias do Sul temos um quadro levemente favorável a Sartori, que é ex-prefeito da cidade: 52,7% dos eleitores aprovam o seu desempenho como governador, contra 47,3% que não aprovam.

Segundo Jefferson Jaques, diretor do Instituto Methodus, “Sartori repete o fenômeno do governo Yeda Crusius, que teve drástica corrosão de sua popularidade logo no primeiro ano do seu mandato”. A imagem negativa do governador, que corresponde a soma dos índices de ruim e péssimo, foi de 65,9% em Porto Alegre, 59% em Canoas e 57,8% em Pelotas. Só em Caxias do Sul esse índice foi sensivelmente menor, 31,3%.

Entretanto, mesmo nessa cidade o governo não consegue registrar bons índices de imagem positiva, que corresponde a soma de ótimo e bom, que ficou em 25,7%. Em Caxias do Sul, a avaliação do governo é preponderantemente regular, que aparece com 42,9%, o que significa certa neutralidade, tolerância, mas não uma imagem positiva do governo.

Em Porto Alegre, o ótimo e bom do governo foi de somente 8%, em Canoas 10,2%, e em Pelotas 11,3%. Na maioria das cidades pesquisadas, a nota média de Sartori foi muito próxima da nota média apresentada pela presidente Dilma, sempre próximo de três: Sartori obteve 3,2 de média em Porto Alegre, 3,5 em Canoas e 3,7 em Pelotas. Caxias do Sul, a cidade que deu a menor nota média para o governo da presidente Dilma Rousseff, foi justamente a que deu maior nota média ao governo de Sartori, 5,1.

# sume em lamentações e ataque ao servidor público

13.368 automóveis, 30,4% a mais do que no mesmo período de 2014. Nos nove primeiros meses de 2015, os casos de homicídios tiveram um leve incremento de 3,5%, e os latrocínios (roubo seguido de morte) subiram 3,9%. Os índices foram divulgados na manhã de quinta-feira (26/11) pela Secretaria da Segurança Pública.

do a mercê do governo para reajuste de salários. Estamos sujeito a regras de sindicâncias e dos inquéritos administrativos. A estabilidade, na verdade, protege o servidor de pressões políticas e partidárias”, destacou Joanes Machado da Rosa.

## Estabilidade protege servidor contra pressões políticas e partidárias

Em mais um movimento do Governo José Ivo Sartori para atacar e criminalizar o servidor público, o Governador José Ivo Sartori, em discurso no Palácio Piratini, na quinta-feira (26/11), disse que os servidores deveriam “dar graças a Deus” por terem estabilidade.

Para o presidente do Sintergs, Joanes Machado da Rosa, que reagiu com veemência contra o pronunciamento do Governador José Ivo Sartori, fato que foi registrado pela imprensa, o Governador segue com a estratégia de tentar desmoralizar os servidores públicos.

“O Governador Sartori continua a utilizar o velho e surrado argumento que a culpa é dos servidores. Isso coloca em descrédito o serviço público com seu desmonte. Em troca da estabilidade, o servidor não tem fundo de garantia, não tem dissídio, ficando

Frase polêmica

### Servidores "devem dar graças a Deus que têm estabilidade", diz Sartori

Declaração foi feita em discurso em que o governador comentava as dificuldades financeiras para quitar o salário do funcionalismo na próxima segunda-feira

Por: Matheus Schuh  
26-11-2015 - 13h38min



Em meio a incerteza sobre o pagamento em dia dos salários do Executivo em novembro, o governador José Ivo Sartori disse nesta quinta-feira que os servidores “devem dar graças a Deus que têm estabilidade”.

Declaração ocorreu durante solenidade no Palácio Piratini para assinatura de contratos de financiamento de energia renovável junto ao BRDE.

Ainda hoje numa reunião com os servidores eu disse: “vocês às vezes reclamam porque têm penalização, às vezes parcelou salário, às vezes não receberam em dia. Deem graças a Deus que vocês têm estabilidade, que têm garantia no trabalho. Agora os outros que estão perdendo o emprego e não têm oportunidade, o que nós estamos fazendo aqui? É tentar movimentar a economia, dar oportunidade de ter mais trabalho e mais renda porque, afinal, o setor público também tem que se mudar” – disse o governador.

Presidente do Sindicato dos Técnicos-Científicos do Estado (Sintergs), Joanes Machado da Rosa, reagiu à manifestação de Sartori:

“O governador Sartori continua a utilizar o velho e surrado argumento de que a culpa é dos servidores. Isso coloca em descrédito o trabalho realizado pelos servidores públicos e, por consequência, o próprio serviço público. Em troca da estabilidade, o servidor não tem fundo de garantia, não tem dissídio, ficando a mercê do governo para o reajuste de salários e uma série de tipificações penais próprias. Estamos sujeitos a regras das sindicâncias e dos inquéritos administrativos. A estabilidade, na verdade, protege o servidor de pressões políticas e partidárias.

Nesta semana, o Piratini conseguiu que fosse aprovado na Assembleia Legislativa o **adiantamento de R\$ 302 milhões de débitos da GM** para pagar a folha do funcionalismo na próxima segunda-feira. Apesar disso, até agora não houve confirmação de que os salários serão pagos na íntegra.

\* Rádio Gaúcha



Representante dos Técnicos-Científicos, presidente do Sintergs, Joanes Machado da Rosa, também reagiu à manifestação. “O governador continua a utilizar o velho e surrado argumento que a culpa é dos servidores”, defende.

O presidente do Sindicato dos Técnicos-Científicos (Sintergs), Joanes Machado da Rosa, reagiu à manifestação de Sartori:

– O governador Sartori continua a utilizar o velho e surrado argumento de que a culpa é dos servidores. Isso coloca em descrédito o trabalho realizado pelos servidores públicos e, por consequência, o próprio serviço público. Em troca da estabilidade, o servidor não tem fundo de garantia, não tem dissídio, ficando a mercê do governo para o reajuste de salários e uma série de tipificações penais próprias. Estamos sujeitos a regras das sindicâncias e dos inquéritos administrativos. A estabilidade, na verdade, protege o servidor de pressões políticas e partidárias.

– Estamos sujeitos a regras das sindicâncias e dos inquéritos administrativos. A estabilidade, na verdade, protege o servidor de pressões políticas e partidárias – diz Joanes Machado da Rosa, presidente do Sindicato dos Técnicos-Científicos.

## SARTORI PAGA O PREÇO DE DIZER O QUE PENSA

Uma declaração óbvia – e meio simplória – do governador José Ivo Sartori deixou os servidores estaduais em polvorosa. Em uma solenidade de assinatura de contratos do BRDE, no Piratini, Sartori disse que os funcionários públicos deveriam dar graças a Deus por terem estabilidade e lembrou que, com a crise, as empresas privadas estão demitindo. A repercussão é desproporcional ao fato. Sartori não disse nenhuma inverdade. Citou a estabilidade como compensação aos servidores que já tiveram o salário parcelado e terão de tomar empréstimo no Bônus ou em outra instituição para receber o 13º salário. Pergunte-se a um metalúrgico ou trabalhador de qualquer área em que estão ocorrendo demissões em massa o que acham da frase do governador e todos dirão que ele tem razão: quem tem estabilidade deve dar graças a Deus, porque o desemprego é um dos principais flagelos de 2015 e deverá se agravar em 2016. Sartori não falou em acabar com a estabilidade, embora metade dos seus secretários considere a impossibilidade de demitir servidores um dos obstáculos ao equilíbrio das contas. Nos bastidores, secretários reclamam da acomodação decorrente da certeza de que um servidor concursado só sairá se pedir demissão ou quando se aposentar. A estabilidade combinada com a falta de incentivo à produtividade acaba contribuindo para a acomodação de parte do funcionalismo. Sartori não tem um projeto para mudar esse quadro, mas boa parte dos seus secretários gostaria de poder aplicar a emenda constitucional que autoriza a demissão por insuficiência de desempenho. O problema é que o Estado também não tem um programa confiável de avaliação. Os sindicatos dos servidores não querem ouvir falar em quebra da estabilidade. Alegam que ela abre caminho para as perseguições políticas a cada troca de governo. – Estamos sujeitos a regras das sindicâncias e dos inquéritos administrativos. A estabilidade, na verdade, protege o servidor de pressões políticas e partidárias – diz Joanes Machado da Rosa, presidente do Sindicato dos Técnicos-Científicos. Na mesma linha, o deputado Valdeci Oliveira (PT) sugeriu que Sartori peça desculpas aos servidores pela declaração.

### ALIÁS

As vésperas de completar 11 meses do primeiro decreto de corte nos gastos, o governo do Estado contabiliza R\$ 1 bilhão de economia nas despesas correntes.

## Sintergs obtém vitória no TJs e abono do ponto dos grevistas é mantido

O Sintergs obteve mais uma vitória contra o Governo do Estado na questão que envolve o corte do ponto dos Técnicos-científicos, Especialistas em Saúde e Extranumerários que participaram da última greve da categoria.

O 2º Grupo Cível do Tribunal de Justiça do Estado indeferiu por unanimidade recurso interposto pelo Estado do Rio Grande do Sul através da Procuradoria Geral do Estado para reverter decisão liminar que determinou o abono do ponto aos servidores filiados ao Sintergs em decorrência da greve.

O julgamento ocorreu na sexta-feira (13/11). O trabalho jurídico que garantiu essa vitória ao Sintergs foi liderado pelo Japur Advogados.

No final de setembro, o Sintergs ingressou com uma petição no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, requerendo que o judiciário determine que o Secretário da Fazenda implante, em folha suplementar, os valores descontados dos servidores em razão da greve. Há também pedido para que as anotações nos históricos funcionais em virtude da greve sejam retiradas.

## Sintergs faz doação de mantimentos para famílias desabrigadas devido as chuvas e alagamentos

Água, alimentos, produtos de limpeza e produtos de higiene. Esses foram os mantimentos reunidos pelo Sintergs e que na tarde de quinta-feira (22/10) foram entregues na Defesa Civil estadual, no Centro Administrativo, como forma de auxiliar todas as famílias atingidas pelo temporal e pelas enchentes no Rio Grande do Sul.

A mobilização para ajudar as famílias desabrigadas mobilizou a direção do Sintergs e seus associados Técnicos-científicos, Extranumerários e Especialistas em Saúde.

A queda de granizo registrada na madrugada de quarta-feira (21/10) atingiu pelo menos 10 municípios gaúchos. Cerca de 116 cidades foram afetadas pelos temporais no Estado, conforme a Defesa Civil.

Em todo o estado, 35.479 casas foram afetadas pelo mau tempo, atingindo 149.011 pessoas. De acordo com o levantamento, quase 7 mil famílias tiveram que sair de casa. Muitas foram alojadas em abrigos e as demais em casas de amigos ou parentes.



Arrecadação de mantimentos para desabrigados mobilizou direção e associados do Sintergs

## Criatividade marca ato dos servidores do Hospital Sanatório Partenon

Em comemoração ao dia do servidor, o Sintergs apoiou uma ação com servidores do Hospital Sanatório Partenon (HSP), na manhã de quarta-feira (28/10). Aos usuários do HSP foi servido um bolo e, em frente a instituição, servidores estaduais protestaram com criatividade e coreografia.

Além de um ato para marcar as festividades em torno do Dia do Servidor Público, a ação também foi uma forma de protestar contra as medidas do Governo Sartori que só penalizam o funcionalismo público.

A ação também serviu para esclarecer a comunidade a importância do servidor público.

## Governador Sartori e Presidente da ALrs desferem mais um golpe contra servidor público e novo enquadramento das RPs é aprovado

Mais um golpe contra o servidor público foi desferido pelo Governador José Ivo Sartori e pelo presidente da Assembleia Legislativa, Edson Brum. Na tarde de terça-feira (10/11), foi aprovado o projeto que altera o enquadramento das Requisições de Pequeno Valor (RPs).

A fila de precatórios que já é grande tende a aumentar ainda mais. Com a aprovação, o teto das RPs foi reduzido dos atuais 40 salários mínimos (R\$ 31,5 mil) para 10 (R\$ 7,8 mil). O que exceder esse limite se tornará precatório, que tem ritmo de pagamento mais moroso e sem possibilidade de sequestro de valores nas contas do Estado pela Justiça.

O projeto de lei foi aprovado depois de cinco adiamentos consecutivos. Foram 24 votos contrários e 24 favoráveis. Mas, devido ao voto decisivo do presidente da ALrs, Edson Brum, o PL foi aprovado.

O Movimento Unificado dos Servidores, do qual o Sintergs faz parte, discute medidas que serão adotadas. Não estão descartadas medidas judiciais como forma de evitar que o novo enquadramento das RPs prospere.



Governador Sartori e presidente da ALrs, Edson Brum, desferiram mais um golpe contra o servidor público

## Sintergs participa de posse de delegados do Sindicaixa

O Sintergs marcou presença na posse dos novos delegados regionais do Sindicaixa, eleitos para o biênio 2015-2017. Realizada na sede social do sindicato, a cerimônia contou com representantes do Sintergs, Sindispge, Sindimetrô/RS e do 38º Núcleo do CPERS/Sindicato.

O presidente do Sindicaixa, Érico Corrêa, abriu a cerimônia afirmando que o momento atual é um dos piores já enfrentado pelos servidores públicos estaduais. Em nome do Sintergs, o presidente Joanes Machado da Rosa destacou a relação criada com o Sindicaixa durante a recente mobilização contra o ajuste fiscal de Dilma e Sartori, um período de ataques aos direitos dos servidores. Ainda de acordo com Joanes, em um momento que não há perspectiva de reajustes e reposições das perdas inflacionárias, é importante a união de forças, sobretudo entre as entidades que representam as mais variadas categorias dos servidores públicos estaduais.



## Associados do Sintergs aprovam novo estatuto da entidade

Após reuniões para debater o tema com contribuições e opiniões dos associados, a proposta de reforma do estatuto da entidade foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, na quarta-feira (25/11).

Durante seis meses, um estudo minucioso para chegar a melhoramentos concretos do novo estatuto foram liderados pelo 2º Vice-presidente do Sintergs, Fanfa Fagundes Barobosa, e pela Diretora de Assuntos do Interior, Ivone Antunes Peixoto.

A proposta do novo estatuto também passou pelo crivo da Comissão dos Aposentados e pelo Conselho Deliberativo da entidade antes de ser submetido a apreciação dos associados através do site e, finalmente, chegara a votação, em Assembleia Geral Extraordinária.

Com essa aprovação, o estatuto da entidade fica mais moderno e atualizado. Entre as alterações, estão o estabelecimento com maior critério dos núcleos regionais, setoriais e municipais, visando atingir o maior número possíveis de servidores, além da flexibilização para que as eleições possam ser feitas com tecnologias mais modernas e o ajuste no ano fiscal da entidade, para melhorar a gestão da entidade.

A partir de agora será providenciado o registro desse novo estatuto.

## Direção do Sintergs visita núcleos da Serra em Bento Gonçalves e Caxias do Sul

A direção do Sintergs visitou dois núcleos, na região da Serra gaúcha, em outubro, nas cidades de Bento Gonçalves e Caxias do Sul. O objetivo foi atualizar os associados Técnicos-científicos, Especialistas em Saúde e Extranumerários sobre as ações do Sindicato em defesa da categoria.

Nos dois encontros, a diretoria do Sintergs atualizou os associados acerca das atividades e dos debates que estão sendo feitos.



# ASSOCIE-SE AO SINTERGS

## JUNTOS E UNIDOS SOMOS MAIS FORTES

### FAÇA CADASTRO:

[www.sintergs.org.br/cadastro](http://www.sintergs.org.br/cadastro)

## Sintergs reúne associados para detalhar ações de 2016

O Sintergs realizou, na quinta-feira (19/11), mais uma assembleia da categoria dos Técnicos-científicos, Extranumerários e Especialistas em Saúde. Na ocasião, foi apresentada a previsão orçamentária para o exercício 2016, bem como o planejamento de despesas e investimentos para o próximo ano.

Na segunda parte da assembleia foi apresentado o Plano de Trabalho para o exercício 2016, principalmente no que se refere a negociação para reposição de perdas inflacionárias, ainda que seja por via judicial, criando uma data base para os servidores públicos.

Os associados sugeriram, durante assembleia, maior periodicidade de visitas dos diretores do Sintergs às secretarias, como forma de manter a categoria mais atualizados dos acontecimentos.

Ao final, foi feita uma explanação sobre as medidas que o Governo do Estado vem adotando contra os servidores e, frente a isso, o Sintergs apresentou aos seus associados algumas estratégias do sindicato para combater esse achatamento dos servidores.

## Entidades iniciam campanha contra assédio moral no serviço público

A Associação dos Fiscais Agropecuários do RS (Afagro) iniciou, na quarta-feira (25/11), tratativas com o Sintergs para a realização de uma campanha contra o assédio moral no serviço público. O objetivo é alertar os servidores sobre os perigos desta prática. Para isso, começam com uma campanha nas redes sociais e também devem realizar um evento sobre o tema ainda em 2015.

“A Afagro condena de forma veemente o assédio moral. Esta prática ilegal, que é muito denunciada nas empresas privadas, se dissemina de forma assustadora também no serviço público. Precisamos cortar este mal pela raiz”, afirma o presidente da Afagro, Antonio Augusto Medeiros.

O Sintergs, sindicato ao qual pertencem os fiscais estaduais agropecuários, apoia a iniciativa da Afagro no combate ao assédio moral e entende que é fundamental a união das entidades em torno de um bem maior. “Trata-se de uma violência contra o trabalhador e, além de afetar o funcionário, prejudica a prestação do serviço público”, alerta o presidente do Sintergs, Joanes Machado.



Joanes Machado da Rosa, Presidente  
Nelcir André Varnier, 1º Vice-Presidente | Fanfa Fagundes Barbosa, 2º Vice-Presidente  
Humberto Periolo, 1º Secretário | Ana Lúcia Touguinha Weidle, 2ª Secretária  
Daniel Lima Gonzaga, 1ª Tesoureiro | Francisco Menegat, 2º Tesoureiro  
Vinício Sólton Marques Filho, Diretor de Política Salarial  
Guilherme Toniolo, Diretor de Assuntos Funcionais  
Valdir Bandeira Fiorentin, Diretor de Imprensa e Divulgação  
Ivone Antunes Peixoto, Diretora de Assuntos do Interior,  
Pedro Alberto Armani Martins, Representante Titular dos Aposentados  
Marco Túlio de Albuquerque, Representante Suplente dos Aposentados

### Expediente

Boletim Informativo do Sindicato dos Técnicos-Científicos do Estado do Rio Grande do Sul

Conteúdo: Spindler Comunicação Corporativa  
[www.spindler.com.br](http://www.spindler.com.br)

Tiragem: 6.500 exemplares

TRANSPARÊNCIA, COMPROMETIMENTO E UNIÃO. UM SINDICATO A SERVIÇO DA CATEGORIA.

Rua José de Alencar, 1089 | CEP 90880-481 | Porto Alegre - RS | Fones (51) 3025 0011 [www.sintergs.com.br](http://www.sintergs.com.br) | [sintergs@sintergs.com.br](mailto:sintergs@sintergs.com.br)